Internacionalismo: um breviário*

Perry Anderson

Resumo. O artigo trata das metamorfoses do nacionalismo e do internacionalismo, de Kant à "revolução em assuntos militares", suas bases sociais, formas ideológicas e locações geopolíticas.
Palavras-chave: Internacionalismo. Nacionalismo.
História do Pensamento Político.

Preâmbulo

Sendo um dos intelectuais mais marcantes e ativos da Esquerda internacional, Perry Anderson dispensa longas apresentações. Tendo colaborado intensamente nos últimos 40 anos com os debates sobre as alternativas políticas e sociais numa perspectiva global, Anderson possui inúmeros trabalhos traduzidos para o português. Entre eles, *Linhagens do Estado Absolutista* (Brasiliense,

---

* Originalmente publicado em *New Left Review*, Londres, n.14, abr./mar. 2002, p.5-25. Tradução: Hugo Arend. Revisão: Marília Marques Lopes e Perry Anderson.
© New Left Review.

1985), *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo* (Brasiliense, 1987), *O Fim da História: de Hegel a Fukuyama* (Zahar, 1992), *Afinidades Seletivas* (Boitempo, 2002) e várias colaborações em coletâneas de artigos. Editor da *New Left Review*, revista de referência da Esquerda internacional, fundada em 1960 no contexto da campanha pelo desarmamento nuclear, ela se mantém por meio século preocupada com questões políticas contemporâneas. Em suas páginas, podemos encontrar as colaborações de intelectuais e ativistas como E. P. Thompson, Raymond Williams, Louis Althusser, Göran Therborn, Slavoj Zizek, Eduardo Galeno, Tom Nairn, Franco Moretti, Jürgen Habermas e de brasileiros como Umberto Mangabeira Unger, Emir Sader, Octavio Ianni, João Pedro Stedile, entre muitos outros.

Em *Internacionalismo: um breviário*, Anderson aborda a história das relações entre as noções de nacionalismo e internacionalismo. Partindo do pressuposto de que não podemos compreender a noção de internacionalismo sem percebermos suas conexões com a noção de nacionalismo, o historiador britânico investiga a história "pouco explorada" dessas relações desde meados do século XIX até as décadas iniciais do século XXI. Com elegância, Anderson alia clareza e profundidade num texto instigador para a História, a Sociologia e as Relações Internacionais.

Hugo Arend

Poucas noções políticas são, ao mesmo tempo, tão normativas e tão equívocas quanto a de internacionalismo. Hoje, o discurso oficial do ocidente ecoa com apelos ao termo que foi desde há muito uma marca registrada da Esquerda. Seja qual for o sentido dado a ele, o significado de internacionalismo logicamente depende de uma concepção anterior de nacionalismo, uma vez que ele apenas possui valor como estrutura de apoio referente a seu oposto.

Porém, enquanto o nacionalismo é, entre os fenômenos políticos modernos, o mais contestado em termos de valor – com opiniões relativas à sua história normalmente variando cento e oitenta graus quanto à sua conotação, da admiração ao anátema – nenhuma esquizofrenia de conotação semelhante afeta o internacionalismo: sua implicação é virtualmente sempre positiva.[1] Mas o preço da aprovação é a indeterminação. Se ninguém duvida da realidade do nacionalismo, mesmo que poucos concordem acerca de seu valor, na entrada do milênio o status do internacionalismo aparece como mais ou menos o inverso. É tomado por todos os lados como um valor, mas quem pode identificá-lo impunemente como uma força?

Por detrás desse paradoxo encontra-se uma história inexplorada. Foi Masaryk, grande líder nacional, que uma vez sugeriu a mais clara e simples definição de nacionalismo. Nacionalismo significava, pensava aquele líder (dissociando-se dele), qualquer perspectiva que trate a nação como valor político máximo.[2] Isso não significava necessariamente que seus partidários pensassem, em todas as circunstâncias e contextos, somente ou acima de tudo na nação, excluindo outros laços ou identidades – em qualquer situação o alcance de sua influência é sempre variável. Compreendida desse modo, a fórmula nos dá uma definição complementar de internacionalismo suficientemente mínima e neutra para permitir o que, em grande medida, sempre faltou: uma reconstrução empírica de sua trajetória. Historicamente, o termo pode ser aplicado a qualquer perspectiva ou prática, que tenda a transcender a nação em direção a uma comunidade mais ampla, da qual as nações continuam sendo as unidades principais.

A vantagem de uma definição pragmática como essa é dispensar um grande número de preconcepções convencionais sobre nacionalismo e internacionalismo e sugerir meios mais sistemáticos de inter-relacioná-las. Ambas passaram por uma série de metamorfoses, desde seu surgimento nas formas modernas, há pelo menos duzentos anos. Como essas transformações podem ser mais

bem concebidas? Abaixo, proponho uma periodização. Os perigos de qualquer divisão totalizante do tempo histórico em seqüências categóricas são suficientemente óbvios. De qualquer forma, uma periodização sempre envolve simplificações arbitrárias, a ponto de um bom número de nossos melhores historiadores desejarem rejeitar por completo esse procedimento. Isso, contudo, é mais fácil de ser dito do que de ser feito. Num trabalho a ser publicado, Fredric Jameson observa acertadamente que enquanto seres narrativos, temos pouca escolha: "não podemos não periodizar" (Jameson, 2002).

O esquema aqui exposto está limitado a algumas notas telegráficas. Seu objeto é tratar as inter-relações entre nacionalismo e internacionalismo como uma sucessão de fases inteligíveis, cada uma definida por um par de dominantes. O termo expressa seus próprios limites: o que é "dominante" jamais se esgotará na fase em questão, mas representará, por outro lado, as mais atuais e relevantes formas de cada período, que conterá uma série de contracorrentes e subtons que podem ser colocados de lado apenas provisoriamente, pelo bem da simplificação. O procedimento adotado será o de contrapor as versões históricas cambiantes do internacionalismo e os sucessivos tipos ideais de nacionalismo que poderiam ser considerados como historicamente correspondentes, traçados por cinco coordenadas: 1) o tipo de capital coexistente com, ou ativo em, cada variante sucessiva do nacionalismo; 2) a principal zona geográfica do nacionalismo em questão; 3) sua linguagem filosófica dominante; 4) a definição operante de nação; 5) a relação do nacionalismo em particular com as classes dominantes. A premissa do esquema é a de que a história do internacionalismo é mais bem mapeada contra estas coordenadas do nacionalismo. Em cada período, houve vários tipos de nacionalismo e internacionalismo; conflitos significativos sempre existiram tanto internamente como entre ambos. Contudo, nesse confuso labirinto, ainda parece identificável uma linha de dominantes.

1

As origens do sentimento moderno de nacionalismo como força secular podem ser remontadas ao século XVIII. Foi nesse período que estouraram as duas maiores revoluções que originaram a primeira concepção ideológica da nação tal como a compreendemos hoje – a rebelião das colônias norte-americanas contra a Grã-Bretanha e a derrubada do absolutismo na França. As revoluções americana e francesa, que efetivamente forjaram nossa idéia de nação como uma coletividade popular, foram produtos das sociedades que estavam entre as mais avançadas de seu tempo: suas ideologias marcaram uma dramática ruptura com as visões de mundo que haviam inspirado revoluções européias anteriores nos Países Baixos no século XVI e na Inglaterra no século XVII, ambos levantes profundamente religiosos, feitos em nome de deus tanto ou mais que em nome do povo. No entanto, as revoluções francesa e americana ocorreram num mundo ainda anterior à Revolução Industrial; um mundo no qual o capital continuava basicamente comercial ou agrário. Justamente por este motivo, as elites de cada país eram tipicamente capazes de mobilizar produtores diretos nas cidades e no campo – ou seja, massas populares compostas principalmente de artesãos e agricultores. Ainda não havia, como fato social geral, aquele abismo social entre manufatureiros e trabalhadores, criado mais tarde pelas indústrias. Uma única categoria poderia em tese abarcar as classes ascendentes e subordinadas: o patriotismo. Militantes nas lutas dos futuros Estados Unidos e França se autodenominavam "patriotas", um termo inspirado nas imagens e lendas das repúblicas da Antiguidade Clássica: Atenas, Esparta e Roma.

Qual era a linguagem filosófica desse novo patriotismo? Notadamente, era o característico racionalismo do Iluminismo, cujos mais eloqüentes porta-vozes – Rousseau, Condorcet, Paine,

Jefferson – contrapunham a razão comum (*common reason*) à tradição, uma vontade coletiva consciente contra o peso inerte dos costumes. Daí resulta que a definição predominante de nação nesse período fosse essencialmente política – ou seja, um ideal de futuro, não um legado do passado. A nação era algo que cidadãos livres criariam: ela não preexistia à intervenção dos cidadãos como um fato perene, mas iria emergir como um novo tipo de comunidade baseada em direitos "naturais" e não em privilégios ou restrições "artificiais", em que a liberdade seria compreendida como participação cívica na vida pública no sentido pleno do termo.

Retrospectivamente, uma das características mais impressionantes deste tipo de patriotismo iluminista foi seu universalismo. Tipicamente, ele pressupunha uma harmonia básica entre os interesses das nações civilizadas (povos não-civilizados eram outra questão), todas potencialmente unidas numa luta comum contra a tirania e a superstição. Emblemático desse racionalismo otimista foi o argumento de Kant em seu ensaio *Por uma Paz Perpétua*: o de que a rivalidade entre príncipes era a única causa importante das guerras, e que uma vez que as ambições reais se tornassem coisas do passado, com a difusão das constituições republicanas, os povos da Europa não teriam mais motivos para lutar entre si. Nessa época, os ideais do patriotismo e do cosmopolitismo marchavam juntos; no plano dos valores, não havia contradições entre eles. De fato, não apenas no plano dos valores, mas também, em grande medida, nas vidas e nas ações. Basta pensar nos papéis vividos por Lafayette tanto na guerra de independência norte-americana, como na revolução francesa; ou em Paine na Filadélfia e em Paris, como panfleteiro para as Treze Colônias e deputado pela Gironda na Convenção.[3] Mais ao sul, na área mais afetada pelos levantes norte-americanos e franceses, os Libertadores das guerras de independência na América espanhola – Bolívar, Sucre, San Martín – lutaram não apenas por suas províncias nativas, mas por todo o continente, para emancipar terras distantes ou vizinhas, em um espírito de fraternidade regional.

2

O ciclo de lutas hispano-americanas durou até pelo menos a terceira década do século XIX. Por essa época, mesmo na Europa, o patriotismo e o cosmopolitismo de cunho iluminista já haviam sido mortos pela corrupção de seus ideais na expansão militar de Napoleão. No Velho Mundo, a luta contra o Primeiro Império havia produzido versões contra-revolucionárias de cada um deles: resistências nacionais à agressão francesa de tons clericais ou conservadores na Espanha, Alemanha e Rússia, e o concerto internacional de monarquias européias do período da Restauração. Estes são os primeiros exemplos da série de subdominantes que pontuam a seqüência de fases a serem consideradas.

Mas o mundo restabelecido no Congresso de Viena e policiado pela Santa Aliança ainda obedecia a velhos princípios. Contra os *anciens régimes* que continuaram a se basear em legitimidade dinástica e fé religiosa, logo surgiu uma nova configuração – que podemos chamar pela primeira vez, com um toque de anacronismo, de "nacionalismo", como algo distinto de "patriotismo".[4] O nacionalismo se tornou uma expressão da aspiração das classes proprietárias em formar seu próprio estado em um mundo cada vez mais dominado pela Revolução Industrial, mas no qual elas se encontravam em zonas menos desenvolvidas que o epicentro britânico original ou seus arredores. Havia classes inclinadas, acima de tudo, a emular – ou seja, a tentar alcançar – os países mais industrializados da época. Daí resulta que a zona de tempestade desse novo tipo de nacionalismo era formada por países como Bélgica, Alemanha, Itália, Polônia e Hungria. Sua linguagem retórica veio do romantismo europeu, e entre seus maiores porta-vozes estavam poetas e romancistas – os Petöfis, Mickiewiczs, Manzonis da época.[5] Tipicamente, eles introduziram um culto do passado medieval ou pré-moderno de seus próprios países em uma operação intelectual que reverteu a do patriotismo racionalista que o

precedeu. Para o nacionalismo romântico, a definição essencial da nação não mais era política, mas cultural, e sua pedra de toque seria a língua, como reprodução acumulada da experiência de gerações passadas.

O profeta dessa vingança da particularidade cultural havia sido Johann Gottfried Herder. Mas se o nacionalismo romântico que floresceu na Europa entre a terceira e a sétima décadas do século XIX inverteu muitos dos signos de um tipo anterior de patriotismo, ambos ainda compartilhavam importantes pretensões. Ao exaltar a cultura germânica, Herder – originário do Báltico – não depreciava a cultura vizinha dos eslavos, mas, pelo contrário, a louvava por si só como um legado distinto. O mundo mental do nacionalismo romântico não era mais cosmopolita, mas ao valorar a diversidade cultural como tal, ele tacitamente defendia um tipo diferenciado de universalismo. Politicamente, se seus primeiros êxitos foram as revoluções belga e grega que abalaram a paz da Restauração, sua mais grandiosa expressão foi a "Primavera dos Povos" em 1848. A cadeia de levantes revolucionários que convulsionou a Europa naquele ano combinou o fermento nacional e o contágio internacional por todo o continente, com barricadas de Paris a Viena, de Berlim a Roma, de Milão a Budapeste. Se na Itália, Alemanha e Hungria predominaram as lutas pela unidade nacional ou pela independência, o ano de 1848 também foi, é claro, o ano das revoluções liberais fracassadas e do começo das lutas revolucionárias pelo socialismo, anunciadas pelo Manifesto Comunista.

A coincidência não foi acidental, pois as formas de internacionalismo que corresponderam ao nacionalismo romântico iriam encontrar seu lar simbólico na Primeira Internacional dos Trabalhadores. Se perguntarmos: quais foram as bases sociais dessa Internacional e da onda de insurgências populares de 1848, a resposta é bem clara. Elas não se localizaram em nenhum proletariado industrial, mas tiveram participação em peso dos artesãos pré-

industriais. Esta foi uma classe proprietária de seus próprios meios de produção – ferramentas e habilidades, que desfrutava de altos níveis de alfabetização, estava tipicamente localizada próxima ao centro das capitais; e, por último, mas não menos importante, era geograficamente móvel – uma mobilidade simbolizada pelas famosas viagens de jovens aprendizes dentro e fora de seus países. Em 1848 havia pelo menos trinta mil artesãos alemães em Paris – Heine dizia que se podia ouvir alemão em todas as esquinas; em Londres, Marx e Engels estavam escrevendo seu *Manifesto* para artesãos alemães que trabalhavam na Inglaterra; Berlim possuía seus focos de artesãos poloneses e suíços; Viena, de tchecos e italianos. Marx seria ladeado por um carpinteiro e um sapateiro no encontro inaugural da Primeira Internacional. Em outras palavras, essa era uma formação caracterizada pela combinação paradoxal de enraizamento social (incluindo confiança cultural e um sentido de alta política) e mobilidade territorial (incluindo a possibilidade de uma experiência direta de vida no exterior e um senso de solidariedade entre os povos). Tal era a configuração que permitiu a passagem das lutas nacionais para as internacionais e das lutas internacionais para as sociais, nas barricadas de 1848-49. Sua figura exemplar foi Giuseppe Garibaldi, cujo pai era um pequeno pescador, e que começou a vida como marinheiro. Ele foi convertido aos ideais internacionalistas – sua primeira convicção política – por um grupo de exilados saint-simonianos, deportados da França à bordo de um navio em que ele servia no Mar Negro.[6]

Garibaldi, é claro, tornou-se o grande herói militar e político da República romana de 1848, personificando o lado mais generoso do nacionalismo italiano do *Risorgimento*. Após a derrota da República, ele lutou durante uma década como soldado por causas progressistas na América Latina, Brasil e Uruguai, onde já havia servido como capitão, antes de retornar para liderar uma expedição que libertaria a Sicília e a Calábria do jugo dos Bourbon, fortalecendo a unificação nacional italiana. Sua carreira, no entanto,

não parou por aí. Na década de 1860, Lincoln o convidou para assumir o comando dos exércitos do norte durante a Guerra Civil norte-americana – uma proposta que ele rejeitou, ao suspeitar acertadamente das atitudes de Lincoln em relação à escravidão. Por outro lado, Garibaldi aceitou o posto de general na França, na defesa da Terceira República contra os alemães, em 1871, e foi eleito por três cidades francesas para ser deputado na Assembléia Nacional; depois da Comuna de Paris, aderiu publicamente à Primeira Internacional, para o escândalo de Mazzini. Na figura histórica de Garibaldi, conseguimos ver a encarnação dos melhores valores dos artesãos europeus desse período, no qual impulsos nacionais e internacionais coexistiam sem tensão.

3

A partir do final da década de 1860, o nacionalismo romântico foi abandonado pelas classes proprietárias que o haviam um dia apoiado ou – no caso do Piemonte – o manipulado, ao passo que os latifundiários e homens de negócios europeus dedicaram-se a completar os últimos episódios da revolução burguesa desde cima, ao invés de por debaixo, com a arregimentação militar e o firme controle político que foram as marcas da unificação da Alemanha comandada por Bismarck. Depois disso, a forma dominante de nacionalismo no ocidente mudou abruptamente. Agora, pela primeira vez, um chauvinismo oportuno – há muito incubando no imaginário social[7] – tornou-se discurso comum na maior parte dos países industriais: Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália. Essa foi a época de políticos como Chamberlain, Ferry, Büllow, McKinley, Crispi. Nesses países, o capital tornava-se cada vez mais concentrado em grandes empresas, que procuravam o controle monopolista dos mercados internos ou pressionavam anexações coloniais – cenário mais ou menos desenhado por Hobson

e Hilferding. O chauvinismo que acompanhou e assegurou este novo expansionismo tomou seu vocabulário ao darwinismo social. Sua linguagem intelectual era essencialmente positivista e sua definição de nação, cada vez mais étnica – ou seja, uma mistura de elementos culturais e físicos notavelmente menos ideal que a de seus predecessores. Declarando as relações entre os povos como uma "sobrevivência do mais apto", esse tipo de nacionalismo das grandes potências – ou de pretensas grandes potências – do qual havia muitas representações, mesmo fora do centro do sistema, no Porfiriato no México ou no governo de Roca na Argentina, pregava, pela primeira vez, hostilidade direta a outras nações e povos. O chauvinismo da *Belle Époque* era um discurso imperialista de superioridade.[8] Sua função era dupla: por um lado, servia para mobilizar a população de cada país a fim de intensificar a competição interimperialista da época e para atuar nas tarefas de conquista colonial. Por outro lado, servia para integrar as massas na estrutura política da ordem capitalista, num momento em que o sufrágio começava a se estender a setores da classe trabalhadora. O chauvinismo reinante operou de modo a neutralizar os riscos da expansão do voto, deslocando tensões sociais dos antagonismos de classe para antagonismos nacionais. Não é acidente que os arquitetos da reforma eleitoral neste período fossem seguidamente fomentadores do novo jingoísmo[9] – Disraeli na Inglaterra, Bismarck na Alemanha, Giolitti na Itália.

Se, por um lado, perguntarmos qual era a forma dominante de internacionalismo nessa fase, a resposta permite pouca dúvida – ela seria encontrada na Segunda Internacional dos partidos socialistas.[10] Essa é a primeira vez que percebemos uma forma de internacionalismo diretamente oposta ao tipo dominante de nacionalismo – não mais complementar a ele, como no passado, mas antitética. Vista de longe, essa Internacional era uma estrutura muito mais impressionante que sua antecessora, englobando mais partidos, mais membros, mais trabalhadores industriais reais. Mas

as aparências se mostraram enganosas. Na realidade, a mudança de base social do novo conglomerado não o fortaleceu como uma Internacional. Os novos proletários da época eram tipicamente definidos por uma constelação de características cuja simetria era estruturalmente menos propensa a resistir às doutrinas do estado do que aquelas dos artesãos europeus na metade do século. Em sua grande maioria, os novos trabalhadores estavam situados em fábricas e minas nas províncias, longe das capitais políticas de seus países – o norte da Inglaterra ou da França, o Ruhrgebiet na Alemanha. Eles não possuíam seus próprios meios de produção e lhes faltavam os níveis de cultura e tradição de combatividade dos antigos artesãos. Basicamente, sua situação poderia ser definida como o exato oposto da de seus predecessores: uma combinação de imobilidade territorial e desenraizamento social. O resultado foi uma aceitação mais profunda e efetiva do imperialismo – com suas projeções de uma comunidade imaginária (formada pela nação como grande potência) – em grandes segmentos dessa classe do que Marx havia imaginado ou qualquer outro socialista da geração anterior. A conseqüência dessa influência fatal foi a mistura de passividade popular e de entusiasmo, que deu boas-vindas à declaração da Primeira Guerra Mundial em 1914. Quando as hostilidades começaram, os partidos socialistas da Europa Ocidental jogaram-se na mútua carnificina de seus povos, traindo – com exceção dos italianos – suas mais solenes promessas. As raízes históricas dessa corrida à matança não estão nas meras decisões dos líderes desses partidos – por ignominiosas que fossem –, mas na conformação social dos jovens proletariados da época.

4

Se o início do conflito interimperialista enterrou as pretensões da Segunda Internacional, o fim da guerra mais uma vez

redefiniu as formas ascendentes tanto do nacionalismo como do internacionalismo. Entre depressões econômicas e crises sem precedentes, o capital moveu-se em direção a formas ainda mais avançadas de concentração; agora, no entanto, não mais num contexto de livre-comércio internacional e de crescimento de longo prazo, mas sim em meio à recessão, proteção e autarquia. Nessa conjuntura, a zona geográfica que produziu o tipo dominante de nacionalismo estava localizada nas potências derrotadas ou frustradas da Primeira Guerra Mundial – ou seja, Alemanha, Itália, Áustria-Hungria, Japão. Aqui, a força emergente era o fascismo. Tomando sua expressão não do positivismo, mas de formas de irracionalismo moderno – Sorel e Gentile na Itália, Nietzsche na Alemanha, as doutrinas do kokutai no Japão – o fascismo veio finalmente definir a nação como comunidade biológica: a raça como tal. Com isso, a redução no conteúdo ideal de nação foi brutalmente concluída. Neste sentido, o fascismo foi um chauvinismo imperialista elevado a uma mais alta potência – desencadeando um fanatismo reacionário sem precedentes. Novamente, sua função foi dupla. Primeiramente, ele serviu para mobilizar as classes subordinadas contra os vitoriosos capitalistas da Primeira Guerra Mundial para um segundo capítulo de competição interimperialista, em que os então derrotados ou frustrados seriam desta vez vitoriosos. Nesse sentido, seus motivos ideológicos eram compensação e vingança. Ao mesmo tempo, ele funcionou como um mecanismo sobrecarregado para contenção (*super-charged mechanism for containment*) das massas nos países onde a democracia parlamentar havia caído numa crise irreversível e nos quais grande parte da classe trabalhadora estava movendo-se em direção a um socialismo revolucionário. As duas funções estavam intimamente conectadas, uma vez que fora a derrota ou a decepção na Primeira Guerra que, de um só golpe, minou a estabilidade da democracia capitalista, tornando necessário um recurso de coerção contra-revolucionária que impôs preparativos redobrados para um segundo conflito continental. O

projeto quase teve êxito. Ao final de 1941, toda a Europa, do Canal ao Báltico, estava integrada à ordem fascista, enquanto no Extremo Oriente o Japão dominava um espaço ainda maior. A atração do fascismo sequer confinava-se a estas zonas: na América Latina, as três experiências políticas mais importantes da época – o Estado Novo no Brasil, a emergência do Peronismo na Argentina, o início do MNR na Bolívia – estavam todas atraídas a seu campo magnético.[11]

Enquanto isso, se o chauvinismo criado pelo capital havia se radicalizado em fascismo, o mesmo aconteceu com o internacionalismo trabalhista – mas na direção oposta. Em um país o colapso moral do movimento operário havia sido evitado. Em 1917, trabalhadores e soldados guiados pelo Partido Bolchevique levaram a cabo uma revolução socialista na Rússia. O regime que surgiu deste levante foi o primeiro e único estado na história a não incluir referência territorial ou nacional em seu nome – ele seria simplesmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sem designação de lugar ou povo. Ou seja, a intenção de seus fundadores foi incondicionalmente internacionalista. Logo em seguida, os Bolcheviques inauguraram a Terceira Internacional para coordenar a ação dos novos partidos comunistas que haviam aparecido por todo o mundo, impulsionados pelo exemplo da Revolução Russa.[12] O contraste com a Segunda Internacional seria dramático. Na Europa, os partidos do Comintern demonstrariam uma disciplina ferrenha na rejeição de qualquer forma de nacionalismo local e uma capacidade para resistir às pressões das classes dominantes em seus próprios estados, nascidas das terríveis lições que a Primeira Guerra Mundial havia ensinado à geração de militantes da classe operária.

Na União Soviética, no entanto, a vitória de Stalin dentro do PCUS, baseada na promessa de que seria possível construir o "socialismo num só país", cristalizou uma nova forma de nacionalismo, específica à autocracia em franca construção interna. Rapida-

mente, as atividades da Terceira Internacional ficaram totalmente subordinadas aos interesses do estado soviético, ao modo como Stalin as interpretava. O desfecho foi o impressionante fenômeno, sem equivalente em todos os tempos, de um internacionalismo igualmente profundo e deformado, ao mesmo tempo rejeitando qualquer lealdade a seu próprio país e demonstrando uma ilimitada lealdade a outro estado. Sua epopéia foi consumada nas Brigadas Internacionais da Guerra Civil Espanhola, recrutadas por toda Europa e Américas, e vigiadas por emissários do Comintern – Codovilla, Togliatti, Gero, Vidalli e outros. Com sua mistura de heroísmo e cinismo, solidariedade abnegada e terror assassino, este foi um internacionalismo aperfeiçoado e pervertido como nunca antes.

O teste decisivo da Terceira Internacional veio logo a seguir, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, os Partidos Comunistas da França, Reino Unido, Bélgica, Países Baixos e Noruega – todos países atacados pela Alemanha nazista – recusaram-se a apoiar seus próprios governos, argumentando que o conflito era, mais uma vez, meramente uma contenda interimperialista e, portanto, de nenhum interesse para as massas. Poucas posições poderiam ter sido mais impopulares e politicamente equivocadas, uma vez que as classes trabalhadoras tinham todo interesse em defender a democracia representativa contra o fascismo. Contudo, a posição desses partidos também demonstrou a grande distância entre a Terceira e a Segunda Internacionais. Dois anos mais tarde, Hitler invadiu a União Soviética. Imediatamente os Partidos Comunistas da Europa se lançaram na batalha contra o nazismo, logo tomando papel decisivo na Resistência como cabeças de movimentos de massa lutando contra a ocupação alemã, como já estavam fazendo seus companheiros na China e na Coréia contra a expansão japonesa. Na nova situação, não havia mais qualquer contradição entre o que eles viam como tarefa internacional em ajudar a pátria-mãe do socialismo e

como tarefa nacional em levantar armas contra a *Wehrmacht* – as duas formavam um único objetivo, que cumpriram com generalizada notoriedade. No ponto alto das batalhas, Stalin repentinamente anunciou a dissolução da Terceira Internacional, oficialmente argumentando que ela havia se tornado um anacronismo, mas na realidade com o objetivo de conciliar seus aliados, Reino Unido e Estados Unidos. Com este ato, um longo ciclo histórico foi encerrado. A derrota do fascismo e o fim da Segunda Guerra Mundial colocariam em marcha transformações radicais tanto no nacionalismo como no internacionalismo, agora não mais confinados à Europa, mas estendidos a todas as partes do mundo.

5

Até o momento, a análise focou necessariamente zonas geográficas da Europa e da América do Norte – não por causa de qualquer virtude especial destas, mas por causa do papel dominante do capitalismo ocidental na história do mundo naquele longo período que se estende desde as revoluções americana e francesa até a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Depois de 1945, isso muda radicalmente. Agora, finalmente, a maior parte da humanidade entra em cena como uma força central. Paralelamente, na nova fase que se inicia em 1945 e que se prolonga até, digamos, 1965, ocorre uma repentina e espetacular mudança nas relações de capital e trabalho com o nacionalismo e o internacionalismo. Retrospectivamente, podemos notar que este foi um dos grandes divisores de água do século XX. Até esse momento, as formas dominantes de nacionalismo – das mais nobres ambições do patriotismo iluminista às mais criminosas desumanidades do fascismo – foram sempre uma expressão das classes proprietárias, ao passo que do século XIX em diante as formas correspondentes de internacionalismo – com todos os seus vícios ou

limitações – foram uma expressão das classes trabalhadoras. Após 1945, esta dupla conexão – capital/o nacional, trabalhismo/o internacional – capota. O nacionalismo se torna predominantemente uma causa popular, das massas exploradas e destituídas, em uma revolta intercontinental contra o colonialismo ocidental e o imperialismo. O internacionalismo, com um mesmo golpe, começa a mudar de lado – assumindo novas formas nos quadros do capital. Essa seria uma mudança fatídica.

O novo tipo de nacionalismo que se tornou dominante em escala mundial após 1945 foi antiimperialista, e suas principais zonas geográficas foram Ásia, África e América Latina. Quais eram suas características estruturais? Socialmente, o novo nacionalismo era muito mais heterogêneo que as formas de nacionalismo europeu que sucedera. Os movimentos de libertação nacional que varreram o Terceiro Mundo foram guiados por uma ampla gama de classes sociais. Houve casos em que a burguesia local dominou o processo por completo – a Índia sendo o exemplo mais importante. Em outros, as classes médias sem muita acumulação prévia de capital tomaram as rédeas, usando o movimento para ascender à posição de verdadeira burguesia após a conquista do poder, como havia acontecido anteriormente na Turquia e no México. Uma variante mais precária e volátil deste padrão ocorreu em bom número dos países africanos, onde os movimentos nacionalistas foram liderados por burocratas ou oficiais do próprio estado colonial. Em outros casos ainda, intelectuais com origem nas classes médias baixas chegaram ao topo, como na Indonésia. Se algum grupo pode ser identificado nos quadros heterogêneos deste grande arco de levantes, talvez seja o dos professores de escolas rurais. Por último, mas não menos importante, houve também aqueles casos em que os partidos comunistas tomaram a liderança do movimento para libertação nacional, impulsionando revoluções abertas contra o capital, como na China e no Vietnã. Em Cuba, houve uma mistura desta variante com a anterior.

Qual era a linguagem do anti-imperialismo do pós-guerra? Era o sincretismo. Assim como não havia uniformidade social na liderança dos diferentes movimentos de libertação nacional, também suas expressões ideológicas eram híbridas e variegadas – capazes de atrair ao máximo, ao mesmo tempo, correntes de pensamento racionalistas, irracionalistas, românticas, positivistas. O kemalismo na Turquia, o Sukarnismo na Indonésia, o amálgama ideológico transmitido sucessivamente por Obregón, Calles e Cárdenas no México, foram exemplares a esse respeito. Combinações e recapitulações de antigas doutrinas abundaram. A mais distintiva característica desse anti-imperialismo foi, no entanto, sua capacidade de fazer uso não somente de meros ideologemas de diversas origens dentro dos parâmetros do pensamento burguês clássico, mas também de sistemas de crença anteriores ao Iluminismo ou posteriores ao capitalismo – ou seja, religião, de um lado, e socialismo, de outro. Exemplos recentes do primeiro incluiriam a Revolução Iraniana; do segundo, o Sandinismo na Nicarágua. Qual era a base popular deste anti-imperialismo? Numericamente, seu componente mais importante eram os camponeses. Isto foi verdade sobretudo nas revoluções comunistas do período – China, Vietnã, Iugoslávia na própria periferia européia. Estes foram levantes qualitativamente distintos da Revolução de Outubro, na qual se inspiravam. Todos triunfaram sob a bandeira da nação, ao passo que a Revolução Russa, no momento da vitória, havia se isentado de qualquer conotação nacionalista.

Enquanto isso, o que estava acontecendo no campo do capital? A nova situação criada após 1945 poderia ser mais ou menos definida da seguinte forma. Primeiro, com o final da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos ocuparam uma posição dentro do mundo capitalista que nenhum outro país jamais havia desfrutado. Alemanha, Japão e Itália foram derrotados e estavam em ruínas, o Reino Unido e a França, empobrecidos e enfraquecidos. Os Estados Unidos dominavam o universo do capital de forma muito

mais decisiva do que o Reino Unido havia conseguido no século XIX. Segundo, não havia mais um único Estado – a Rússia – no qual o capitalismo havia sido derrubado. Fora do turbilhão da guerra, havia emergido um vasto cinturão de países nos quais a propriedade privada dos meios de produção havia sido abolida – na metade da Europa e em um terço da Ásia. Um bloco comunista em escala mundial havia aparecido para ameaçar a existência do capitalismo. Nestas condições, o capital repentinamente descobriu seu próprio internacionalismo. Conflitos nacionais entre estados capitalistas – que haviam provocado duas guerras – foram abrandados. A existência de uma potência única e hegemônica tornou possível a coordenação internacional de seus interesses; a existência de um bloco comunista a tornou necessária.[13]

O resultado foi um processo de unificação comercial, ideológica e estratégica que se iniciou com os acordos monetários de Bretton Woods, continuou com os planos Marschall e Dodge para a reconstrução da Europa e do Japão, resultou na criação da OTAN e na estruturação do GATT, e culminou no nascimento da Comunidade Econômica Européia, com estímulo norte-americano. A trajetória dessa crescente integração internacional perpassou a restauração generalizada do livre-comércio e se estendeu até os primórdios de uma completa substituição da soberania nacional no Mercado Comum Europeu. Essa foi uma dramática inversão das tendências que haviam predominado no período entre-guerras – algo sem precedentes na história do capitalismo. Se buscássemos um termo, poderíamos provisoriamente descrevê-lo como um supranacionalismo, no duplo sentido da posição dos Estados Unidos sobre todas as outras nações e da emergência da Comunidade Européia sobre os estados da Europa ocidental.

Uma conseqüência chave desta variação foi a mudança, dentro da ideologia reinante nos estados capitalistas avançados, do estado-nação para a democracia liberal como meio dominante de integração discursiva das classes trabalhadoras do Ocidente.

A ideologia oficial do ocidente durante a Guerra Fria não mais dava lugar de destaque à defesa da nação – valor supremo até e durante a Segunda Guerra Mundial, em todos os países beligerantes – mas sim a uma exaltação do Mundo Livre. Essa mudança coincidiu com a generalização e efetiva consolidação, pela primeira vez, de uma democracia representativa baseada no sufrágio universal como tipo particular de estado capitalista nos países avançados – um fenômeno que data essencialmente da década de 1950.

6

A partir da metade dos anos 60, esta configuração sofreu uma mudança significativa quando uma série de alterações estruturais modificou as relações entre estados e mercados em todo o mundo do capitalismo avançado. Uma vez completa a reconstrução do pós-guerra, as economias da Alemanha, França, Itália e, sobretudo, do Japão cresceram muito mais rápido que a dos Estados Unidos, e por volta da metade da década de 70, o sistema de Bretton Woods havia sido ultrapassado. Ao mesmo tempo, as corporações multinacionais, tipicamente situadas em um só Estado, mas estendendo suas operações além das fronteiras de muitos outros países, haviam se tornado ainda mais poderosas e invasivas, tornando as antigas formas de controle pelas autoridades nacionais sobre os processos de acumulação cada vez mais precárias. Posteriormente, e de forma ainda mais decisiva, os mercados financeiros interligaram-se em vastos circuitos de investimento e especulação intercontinentais, para além do alcance de qualquer mecanismo nacional de regulamentação. Assim, a forte retomada do capitalismo alemão ou japonês não assinalou qualquer retorno aos graves conflitos interimperialistas do período entre-guerras. Longe de qualquer recaída ao mundo das barreiras tarifárias e da corrida armamentista, os maiores estados capitalistas agora cami-

nhavam rumo a níveis mais altos de articulação política, além dos vistos no período pós-guerra. A Comunidade Européia avançava rumo a um mercado único e, finalmente, para uma moeda única, adquirindo inclusive um débil parlamento. Os Estados Unidos, o Japão e outras potências multiplicaram reuniões e acordos para facilitar a administração conjunta dos altos e baixos da economia capitalista mundial. Ao final da década de 70, a hora do G8 havia chegado. Afirmava-se algo como a visão de Kautsky do "ultra-imperialismo".[14] Alternativamente, podemos chamar esse tipo de internacionalismo, característico do capital nas últimas décadas do século XX, de transnacionalismo, sugerindo uma diferença do tipo que o antecedeu. Transnacional em duplo sentido: primeiro, quanto aos laços institucionais que agora ligavam as três principais zonas do capital, do Atlântico ao Pacífico, em um único bloco; e, segundo, quanto à ascensão de novas formas intercontinentais de empreendimento e de especulação financeira, escapando das clássicas fronteiras estatais. Ideologicamente, o discurso do período não abandonou, mas reforçou a primazia dos valores democráticos sobre os nacionais – tornando estes ainda mais plausíveis com uma redemocratização por controle-remoto das ditaduras do Mediterrâneo na Espanha, Portugal e Grécia, regimes que haviam flagrantemente negado a retórica do Mundo Livre na fase anterior.

Enquanto isso, fora da zona capitalista avançada, o antiimperialismo havia perdido ímpeto, deixando de constituir a forma dominante de nacionalismo por volta dos anos 70. Grandes batalhas ainda eram travadas. Contudo, a vitória da Revolução Vietnamita e a dissolução do império português, por muito tempo adiados, quando aconteceram, pareciam epílogos de tempos passados. Na maior parte da África e da Ásia, a descolonização era um fato consumado; na América Latina, tentativas cubanas para sair do isolamento haviam falhado. Lutas pela libertação nacional continuavam na África do Sul, Palestina, América Central, mas

não possuíam mais o mesmo significado global. Uma outra forma um tanto diferente de nacionalismo agora tomava o primeiro plano. O grande bloco comunista que surgiu contra o fascismo na Eurásia, após a Segunda Guerra, era constituído de componentes históricos um tanto diferentes. Na maior parte da Europa oriental – Polônia, Hungria, Romênia, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental – Stalin impôs regimes comunistas por pressão militar, criando um círculo de estados clientes que respondiam aos interesses e às instruções da União Soviética. Na Iugoslávia, Albânia, China e Vietnã, por outro lado, revoluções autóctones foram vitoriosas, criando estados comunistas completamente independentes. No entanto, todas eram guiadas por partidos solidamente formados – em doutrina e disciplina – pela Terceira Internacional stalinizada.

A ideologia fundadora do stalinismo – a doutrina do "socialismo num só país" – havia alimentado uma lealdade incondicional à União Soviética quando estes partidos ainda estavam lutando pelo poder enquanto organizações perseguidas e proibidas. No entanto, uma vez no poder, a mesma doutrina – lógica e ironicamente – produziu seu exato oposto: um forte conflito com a União Soviética na medida em que cada partido não-russo adquiria seu próprio estado. De fato, o sagrado egoísmo nacional praticado por Stalin tornara-se agora generalizado – quase sempre, é claro, também provocado pela arrogância de Stalin e seus sucessores. O resultado foi uma desintegração ainda mais rápida do internacionalismo do movimento comunista clássico, com a multiplicação dos estados comunistas. Primeiro, a Iugoslávia entrou em conflito com a União Soviética; depois, a Albânia com a Iugoslávia – já no final da década de 40. O conflito entre a União Soviética e a China explodiu no início dos anos 60, partindo para confrontos armados de fronteira entre as duas potências e destruindo permanentemente qualquer possibilidade de união no mundo comunista. Posteriormente, numa curva mais distante da espiral, guerras francas foram declaradas entre sucessivos estados comunistas – combates entre

Vietnã e Camboja, combates entre China e Vietnã. Na segunda metade dos anos 70, tornara-se evidente que a forma dominante de nacionalismo no mundo havia se tornado a fissiparidade fratricida do comunismo.[15]

Quais eram as raízes históricas desta clamorosa involução (*clamant involution*) das tradições leninistas em evidente contraste com a evolução contemporânea (*contemporary evolution*) dos estados capitalistas? Duas forças interconectadas foram fundamentais. Primeira e mais obviamente, dentro da estrutura replicada do "socialismo num só país", as forças produtivas nos estados comunistas – que começaram em um nível bem mais inferior do que no ocidente – nunca tiveram qualquer chance de alcançar as economias capitalistas, que desfrutavam de interconexões comerciais e industriais completamente ausentes no bloco oriental. Em termos tecnológicos e de organização, no bloco socialista as forças produtivas nunca sobrepujaram as fronteiras nacionais, deixando a produtividade média do trabalho na União Soviética, por exemplo, por volta de dois quintos dos níveis de produção na Alemanha Ocidental e na França. Em outras palavras, a persistência do nacionalismo burocrático no mundo comunista estava materialmente enraizada em forças produtivas objetivamente menos internacionalizadas que aquelas do mundo capitalista. Este nacionalismo, por sua vez, bloqueou qualquer possibilidade de superar o atraso. O lamentável definhamento do COMECON, em comparação com o florescimento do Mercado Comum Europeu, foi um resultado direto.

O que estava acontecendo nas superestruturas ideológicas e políticas erigidas sobre essas rígidas bases econômicas? Nos países capitalistas avançados o declínio do nacionalismo correspondeu à ascensão da democracia liberal como uma legitimação superior da ordem social e como mecanismo para integrar a população. Nos países comunistas, no entanto, não havia democracia socialista: a vida política era completamente expropriada pelas burocracias

dominantes. Nessa situação, os regimes tinham o nacionalismo como excelente recurso alternativo para integrar as massas na estrutura política que dominavam. Pois, como Marx compreendera muito bem, a nação pode sempre funcionar como uma comunidade imaginária que compensa a falta de liberdade real ou de igualdade de seus membros. Nesse sentido, a fissiparidade do mundo comunista nesses anos era também um produto direto da supressão da soberania popular nos países em questão. A falta de qualquer livre associação dos produtores levou à lógica fatal do nacionalismo envenenado dos conflitos intercomunistas.

Por um tempo, essa foi uma alternativa que mais ou menos funcionou na Rússia, China, Iugoslávia, Albânia ou Vietnã, onde os partidos do governo haviam feito revoluções autóctones e derrotado invasores no passado, fazendo surgir nos países que criaram uma demanda por legitimidade nacional. Na maior parte dos países da Europa Oriental, por outro lado, faltava essa legitimidade nos regimes comunistas. Apesar de também tentarem jogar a cartada do nacionalismo – a Romênia foi o exemplo mais notório – eles não possuíam credibilidade para tanto. Impostos sob a ameaça do Exército Vermelho em 1945, os regimes comunistas somente eram mantidos no poder, desde então, por meio de seguidas intervenções militares da União Soviética – Alemanha Oriental em 1953, Hungria em 1956, Tchecoslováquia em 1968. À falta de qualquer democracia popular foi super-adicionada, nestes países, uma enérgica humilhação do sentimento nacional – e na zona comunista mais próxima do dinamismo das economias capitalistas, e com mais condições de mensurar a distância entre as duas. No leste europeu, o terremoto de 1989 foi longamente preparado. Seus tremores abalaram dois países vizinhos, historicamente mais legítimos, embora ambos federações multinacionais – a União Soviética e a Iugoslávia. Cada um imerso numa dinâmica de desintegração irreversível com o despertar de sucessivos separatismos em meio a profundas crises políticas e econômicas. Hoje, com o início

de um novo século, qual é a mais significativa forma de nacionalismo no mundo? Provavelmente, seja um tipo de conflito cujos padrões foram definidos pelas secessões pós-comunistas, mas que se estenderam ao próprio mundo pós-colonial: dos Bálcãs ao Cáucaso, do Chifre da África aos Grandes Lagos, da Caxemira ao Mindanao.

7

Se assim for, qual é a forma dominante de internacionalismo hoje? Na mais recente de suas metamorfoses até o momento, estamos, com o desaparecimento do bloco soviético, pela primeira vez, na presença de uma hegemonia verdadeiramente global, uma vez que os Estados Unidos alcançam o auge de um poder além dos sonhos de qualquer outro estado na história. O internacionalismo, em linguagem convencional, tradicionalmente teve como seu oposto alguma versão – embora concebida – de nacionalismo. Nos Estados Unidos, contudo, desde o início deste século o termo internacionalismo adquiriu um antônimo significativamente diferente: seu oposto foi o isolacionismo. A antítese dos dois termos – internacionalismo/isolacionismo – torna evidente seu pressuposto em comum: jamais esteve em jogo a primazia do interesse nacional, que formou a base comum de ambos, e sim a melhor forma de colocar em prática esse interesse. A origem histórica dessa parelha está na combinação peculiar criada pela ideologia norte-americana de uma república ao mesmo tempo excepcional e universal: única pela prosperidade de seus dotes e instituições, e exemplar no poder de sua irradiação e atração.[16] Trata-se de um messianismo que age como um Jano,[17] permitindo tanto um culto fervoroso da pátria-mãe como uma redenção missionária do mundo – ou, em estilo mais realista, de uma mistura diplomática de ambos. O internacionalismo sempre ocupou um lugar de

honra no vocabulário dualista dessa tradição. Na prática, ele funcionou tipicamente como pouco mais do que um presunçoso código para políticas radicais serem perseguidas por todo o Estado americano. Assim como o isolacionismo jamais significou a menor deterioração da Doutrina Monroe, da Declaração Olney ou da Emenda Platt – ou seja, o comando soberano dos Estados Unidos sobre o hemisfério ocidental – da mesma forma, desde o primeiro momento, o internacionalismo nesse sentido americano simplesmente significou a prontidão e o desejo de estender o poder dos Estados Unidos à Eurásia: as intervenções de Wilson, começando no México e terminando na Rússia, estabeleceram sua lógica desde o início.

Na maior parte do século, esse sentido de internacionalismo permaneceu uma expressão nacional idiossincrática, de pouco interesse fora das fronteiras dos Estados Unidos, onde termos mais fortes poderiam ser encontrados para representar suas práticas. Hoje, contudo, na falta de alguma alternativa ou de poder equivalente, a hegemonia norte-americana é capaz, pela primeira vez, de impor sua autodescrição como norma global. Com a ONU como folha de figueira, um regime complacente financiado na Rússia, tropas na Alemanha e Japão, um protetorado de além-mar na China, bases em um enorme número de estados-clientes[18] e poder de fogo várias vezes superior ao de seus rivais juntos, a vontade dos Estados Unidos foi rebatizada com um eufemismo digno da esfera de co-prosperidade. Hoje seu sinônimo é simplesmente – nada menos do que – a própria comunidade internacional, sem cuja referência nenhum melífluo discurso do Secretário Geral da ONU, ou comunicado arrogante da OTAN, ou sentenciosos editoriais no *New York Times*, *Le Monde*, ou *The Guardian*, sem falar de cada noticiário noturno tranqüilizador, estão completos.

O internacionalismo, nesse sentido não mais é uma articulação dos grandes países capitalistas sob o domínio americano contra um inimigo comum – a tarefa negativa da Guerra Fria – mas

um ideal de afirmação: a reconstrução do globo à imagem americana, *sans phrases*. A esfarrapada embora vitoriosa bandeira do Mundo Livre foi arriada. Em seu lugar a bandeira dos direitos humanos foi hasteada – ou seja, primeiro e mais importante, o direito da comunidade internacional de bloquear, bombardear, invadir povos ou estados que a desagradem: Cuba, Iugoslávia, Afeganistão, Iraque – e de alimentar, financiar e armar estados que a agradam: Turquia, Israel, Indonésia, Arábia Saudita, Paquistão. Para os chechenos, palestinos, tutsis, sahrawi, nuer e outras raças menores, a maioria sequer sem estado, a caridade – como o Secretário de Segurança Nacional de Bill Clinton Samuel Berger teve a chance de enfatizar – não pode ser onipresente.

Resistências à nova distribuição de justiça ainda aparecem, em sua maioria como folhas ao vento. Nacionalmente, os aliados europeus de tempos em tempos batem pé contra o excessivo "unilateralismo" americano – demonstrando, principalmente, os desconcertantes fracassos que sucedem as formalidades das negociações diplomáticas que tradicionalmente servem de cobertura para sua subordinação; de quando em quando, Rússia e China debilmente barganham por favores no Conselho de Segurança. Internacionalmente, o fundamentalismo islâmico e o pós-integrismo católico se reúnem como receptáculos remanescentes para formas de vida alternativas, em teoria menos cativas do mundo do consumo. Os movimentos reunidos em Porto Alegre adejam como uma diáspora emergente de oposição social, cujas linhas ainda estão por ser traçadas. Enquanto isso, nós nos abrigamos sob os céus da justiça infinita e da liberdade duradoura. Mas se é possível se arrepender dos dias, não muito distantes, quando a civilização do capital seguia com menos beatice, não há motivo para supor que este seja o fim da estrada para o que se pode entender como internacionalismo. Sua história é cheia de ironias, ziguezagues e surpresas. É improvável que tenhamos visto as últimas delas.

Internationalism: a breviary
Abstract. The article deals with the metamorphoses of nationalism and internationalism, from the time of Kant to "the revolution in military affairs", with its social bases, ideological forms, and geopolitical locations.
Keywords: Internationalism. Nationalism. History of Political Thought.

Notas

[1] A exceção mais forte e original é a obra de Tom Nair (1997, p.25-45), que trata de seu lugar na história do socialismo.
[2] Ele foi acusado de niilismo nacional pelos entusiastas tchecos do período pré-guerra; depois de 1914, mudou sua posição.
[3] Sonthonax dando assistência a Toussaint em São Domingo, ou Pétion abrigando Bolívar, pertencem a esse mesmo grupo.
[4] Na França, Lamartine poderia falar de "nacionalismo" em meados da década de 1830 – há ecos na Inglaterra uma década mais tarde –, mas o termo passou a ser de uso geral somente na segunda metade do século.
[5] Anderson refere-se ao poeta nacionalista húngaro Sándor Petöfi (1823-1849), figura chave da Revolução Húngara de 1848; ao escritor polonês Adam Bernard Mickiewiczs (1798-1855), de grande influência nos movimentos e na literatura nacionalistas na Polônia; e a Alessandro Manzoni (1785-1873), o patriota e fervoroso colaborador do movimento para libertação e unificação da Itália, uma das figuras mais célebres dos mundos político e literário do século XIX. (Nota do Tradutor).
[6] O mar, elemento *par excellence* das ferozes hostilidades protonacionais nos tempos de Drake, Van Tromp, Duguay-Trouin, havia promovido, em meados do século XIX, sua própria internacional marítima, em um mundo distinto povoado por capitães e marinheiros radicais.
[7] A figura mítica de Nicolas Chauvin, soldado e agricultor, glorioso herói folclórico da imaginação popular francesa, surgiu pela primeira vez durante a Restauração. Veja: Gérard de Puymèges (1993).
[8] Galvanizando, é claro, os movimentos nacionais contra ele, que formam a mais significativa subdominante do período entre a Comuna e a Primeira Guerra Mundial: a revolta de Al-Uraby no Egito, o Comitê de União e Progresso na Turquia, a Revolução Constitucional na Pérsia, os Boxers na China e Katipunan nas Filipinas.
[9] Jingoísmo refere-se a um tipo de chauvinismo arrogante e agressivo. *Jingo* seria uma abreviação de *Jesus* empregada num popular refrão cantado em *pubs* britânicos em momentos de êxtase nacionalista: *Não queremos lutar/ Mas por Jingo, se tivermos/ Temos os navios/ Temos os homens/ Temos o dinheiro também*. Esse refrão teria sido

cantado na ocasião em que se fazia saber publicamente que o primeiro ministro Benjamin Disraeli havia convencido o Czar russo a retirar suas tropas da Bulgária em 1878. (Nota do Tradutor).

[10] Em alguns pontos, o anarquismo ofereceu um tipo mais radical de internacionalismo dentro do movimento operário deste período, como mostra o exemplo dos Operários Industriais do Mundo da indústria têxtil norte-americana, embora tenha permanecido sociologicamente fraca. Do outro lado das barricadas, a Igreja Católica sob Pio IX incitou os fiéis a resistirem ao nacionalismo secular assim como ao socialismo, numa mobilização clerical que iria finalmente resultar na Democracia Cristã. Neste estágio, contudo, o internacionalismo como força era ainda acessório.

[11] Exemplos asiáticos de seu apelo incluem a Falange Libanesa, o Esquadrão Dourado no Iraque, o RSS na Índia, os Camisas Azuis na China, a *Broederbond* na África, e na América, do outro lado do espectro, o garveyismo. [Anderson refere-se aqui: à Falange Libanesa, também conhecida como Partido Kataeb, criada em 1936 por Pierre Gemayel, inspirada em organizações fascistas – no início dos anos 90 ela se dividiu em facções, embora ainda possua algum poder de influência na cena política libanesa; ao Esquadrão Dourado, grupo formado por quatro coronéis nacionalistas iraquianos que resistiam politicamente ao domínio britânico no Iraque no final da década de 30; ao RSS – *Rashtriya Swayamsevak Sangh* –, grupo nacionalista hindu baseado nos princípios da Hindutva, formado em 1925 e que, desde então, ascendeu às altas esferas do poder na Índia; à *Broederbond*, uma sociedade secreta da África do Sul composta por intelectuais, membros do governo, policiais, clérigos e empresários, que defendia os interesses dos *Afrikaners*; e ao Garveyismo, ideologia que se inspira em Marcus Garvey, líder negro jamaicano que fundou a Associação para o Desenvolvimento do Negro Universal - Liga das Comunidades Africanas (UNIA-ACL, na sigla em inglês), que pregava a união de todos os negros para a redenção africana e de todos descendentes de africanos]. (Nota do Tradutor).

[12] Colocada contra o internacionalismo de Lênin estava, é claro, a versão oferecida por Wilson – de vida curta, como um desafio à Terceira Internacional, entre as cláusulas de reparação vindicativas em Versalhes e o fiasco da Liga das Nações.

[13] As formas de internacionalismo comunista que persistiram após a dissolução da Terceira Internacional, mais rígidas embora mais frágeis do que a unidade ocidental, ajudaram a cimentá-la. A obediência ao centro internacional em Moscou permanecia lei enquanto Stalin viveu; sob Kruchev, que não pôde depender de tais reflexos, foram feitas tímidas tentativas para reconstituir as conferências formais de partidos fraternos, abandonadas logo depois que ele caiu do poder. No Terceiro Mundo, a Conferência de Bandung levou à criação do Movimento Não-Alinhado que permaneceu mais como espectro do que como substância.

[14] Para sua concepção original, ver Kautsky (1970). Sua correspondência com a realidade da coordenação intercapitalista nos anos setenta é percebida pelo principal teórico liberal do novo regime, Robert Keohane (1984, p.43).

[15] A notória exceção foi Cuba, cuja ajuda aos movimentos revolucionários de libertação nacional, de Angola à Nicarágua, ofereceu a mais surpreendente contracorrente internacionalista do período.

[16] A noção dos Estados Unidos como algo mais que um estado-nação agora possui suas versões na esquerda, para a qual a matriz jurídica da constituição americana e o mosaico étnico da imigração são concebidos como sinopse de uma catalaxia global emergente. Para uma profunda crítica dessa concepção idealizadora, veja Gopal Balakrishnan (2000), que, num viés mais maquiavélico, sugere um sistema político predisposto à expansão ilimitada, combinando força ao estilo antigo com a neutralização ou a negação econômica, cultural e demográfica de todos os demais centros de poder.

[17] Anderson refere-se a Jano, o deus bifronte romano que guardava portões e acessos. O deus possuía duas faces, uma vez que deveria controlar tanto quem entrava como quem saía. Por extensão, algo caracterizado como um Jano bifronte é dúbio, ambivalente, contrastante em si mesmo. (Nota do Tradutor).

[18] "Em um dia qualquer antes de 11 de Setembro, de acordo com o Departamento de Defesa, mais de 60 mil militares estavam conduzindo operações e exercícios temporários em mais ou menos cem países", *Los Angeles Times*, 6 de janeiro de 2002.

Referências

BALAKRISHNAN, Gopal. Virgilian visions. *New Left Review*, Londres, n.5, p.142-148, set./out. 2000.

JAMESON, Fredric. *A singular modernity:* an essay on the ontology of the present. Londres: Verso, 2002.

KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. *New Left Review*, Londres, n.1/59, p.41-46, jan./fev. 1970.

KEOHANE, Robert. *After hegemony*. Princeton: Princeton Press, 1984.

NAIRN, TOM. *Faces of nationalism:* Janus revisited. Londres: Verso, 1997.

PUYMÈGES, Gérard de. *Chauvin, le soldat-laboureur:* contribuition à l'étude dês nationalismes. Paris, 1993.